

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	
Data: 30 de outubro de 2024	Início: 9:00
Local: Auditório Moacir Micheletto - Bloco D – na Esplanada dos Ministérios / Virtual	Término: 12:00
Relatora: Adriana Vilela Toledo - Seconape	
<p>A. Abertura da Reunião Rivetla Edipo Araujo Cruz - Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura</p> <p>B. Ordem do Dia</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação sobre as Conferências Nacionais e sua importância como mecanismo de construção, reformulação e monitoramento de ações, planos e políticas públicas. (Ronald Ferreira – Coordenador-geral da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República); 2. Resgate das Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca já realizadas – Adriana Vilela Toledo - Secretária-Executiva do CONAPE); 3. Apresentação de proposta para realização da 4 Conferência de Aquicultura e Pesca (Édipo Araújo - Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA); 4. Debate sobre os temas apresentados; <p>C. Lista de Presentes:</p> <p>Representantes Governamentais - Titulares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Paulo Sergio Candido Alves - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; 2. Humberto Pires da Silva - Ministério do Turismo; 3. Gilberto Sales - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; 4. Rafael Brugger da Bouza – Caixa Econômica Federal. <p>Representantes Governamentais – Suplentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gustavo Pires - Ministério da Pesca e Aquicultura; 2. Roseli Oneide Zerbinato - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; 3. Daniele Leopoldino Silva - Ministério do Esporte; 4. Thalita Caroline Fernandes Vieira - Ministério da Previdência Social; 5. Mario Bittencourt Wiesinieski – Caixa Econômica Federal. <p>Representantes da Entidades e Movimentos Sociais de Trabalhadores – Titulares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Francisco Antônio Bezerra – Cedepesca Brasil; 2. Reginaldo Portari - CBPE; 3. Ajax Santos Tavares - CONFAPESCA; 4. Edivando Soares de Araújo - CNPA; 5. Jose Henrique Pereira - Conttmaf; 6. Elizeu Augusto de Brito – Faep/Br; 7. Letícia Bruning Canton – Oceana Brasil <p>Representantes da Entidades e Movimentos Sociais de Trabalhadores – Suplentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Márcio Roberto dos Santos - CNCTC; 2. André Luiz do Espírito Santos - Confapesca; 3. Laurice Yoko Arita - CNPA <p>Representantes da Área Empresarial – Titulares:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manuel dos Santos Pires Braz Filho - ABA; 2. Ricardo Dias dos Santos – Abila 3. Francisco das Chagas de Medeiros – PeixeBr 4. Marilsa Patrício Fernandes – PeixeSP 5. Francisco Hidalgo Farina – CNA 6. Ariovaldo Zani - Sindirações 7. Marcelo dos Passos Claro - Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva 	

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Cristiano Nicolau Psillakis - Associação Brasileira de Aquaponia;
2. Jairo Gund – Abipesca
3. Felipe Weber Mendonça Santos – Abila
4. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque - Sindirações
5. Marcos Vinicius Glueck - Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva

Representantes da Área Acadêmica/Científica e Pesquisa - Titular:

1. Marco Aurélio Bailon – Aoceano;
2. Darlio Inácio Alves Teixeira – SBFic;
3. Fernando Bosisio – Instituto Peroá;
4. Geovana Dotta – Abrapoa.

Membros Convidados Natos - Titulares

1. Luis Gustavo Cardoso - Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa – Sermop;
2. Cristiano Wellington Noberto Ramalho - Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
3. Expedito Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI.

Convidados

1. Paulo Mario de Faria - Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura
2. Caroline Bittencout - Secretaria-Executiva
3. Sabrina de Oliveira - Secretaria-Executiva
4. Ronald Ferreira dos Santos - Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República
5. Marcelo Pires Mendonça - Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República;
6. Roberto Xavier Ribeiro – SFGA/MG.

1. Mesa de Abertura

1.1 No dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Moacir Micheletto - Bloco D – na Esplanada dos Ministérios, estavam presentes convidados e observadores, virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo, a Secretária Executiva do CONAPE passa a palavra para o Secretário Executivo **Rivetla Édipo** para abertura dos trabalhos.

1.2 O Secretário Executivo **Rivetla Édipo** iniciou a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), saudou todos os presentes e expressou sua honra em conduzir o encontro.

1.3 Com a palavra **Adriana Toledo** Secretária Executiva do Conape, agradeceu a presença de todos e expressou seu prazer em estar novamente com os participantes. Ela apresentou a ordem do dia, que foi dividida em três momentos. No primeiro momento, convidou a Secretária-Geral da Presidência da República para falar sobre a importância das Conferências Nacionais. Em seguida, Adriana explicou que no segundo momento iria resgatar e apresentar as três Conferências Nacionais já realizadas pelo conselho. Por fim, no terceiro momento, o Secretário-Executivo do MPA apresentaria a proposta para a realização da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

1.4 Com a palavra **Rivetla Édipo** Secretário-Executivo, que deu início ao primeiro ponto de pauta, abordando as Conferências Nacionais e sua importância como mecanismo para a construção, reformulação e monitoramento de ações, planos e políticas públicas. **Rivetla Édipo** também destacou a honra de receber Ronald, que faz parte da Secretaria da Presidência da República, para contribuir com a discussão sobre o tema.

2. APRESENTAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

2.1. Com a palavra **Ronald Ferreira Coordenador-Geral da Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República** Iniciando sua apresentação, agradeceu à mesa e cumprimentou

os conselheiros presentes, destacando a importância da participação social como um modo de governo essencial para a democracia. Ele ressaltou a responsabilidade diferenciada atribuída ao governo para fortalecer novamente a participação social, especialmente após o esvaziamento dos colegiados nacionais entre 2016 e 2020. **Ronald** explicou que os três pilares principais do governo atual são: combate à desigualdade, mudanças climáticas e democracia/participação social. Ele detalhou a criação da Secretaria Nacional de Participação Social vinculada à Presidência da República, com o objetivo de criar mecanismos para combater práticas autoritárias. Além disso, apresentou as duas frentes de atuação da secretaria: a articulação de processos participativos de Conselhos e Conferências, e o uso de ciência, tecnologia e meios virtuais para avançar a democracia e a participação social. O coordenador também elogiou a participação de diversos ministérios no Conape e informou que, em 2023, foi criado o Sistema Interministerial de Participação Social, envolvendo os 37 ministérios, que já realizou 13 conferências nacionais em um ano e meio. Cada ministério conta com uma Assessoria de Participação Social e Diversidade, com o objetivo de viabilizar o processo de participação. Entre os avanços na área, ele destacou a realização das Conferências Nacionais de Educação, Cultura e Saúde, com a elaboração de seus respectivos Planos Nacionais, e a construção do Plano Plurianual Participativo 2024/2027, com ampla participação dos Estados. Destacou também o papel estratégico da participação social no governo e enfatizou que a construção de Políticas Públicas precisa ser inclusiva, incorporando a diversidade de perspectivas e interesses. O coordenador alertou sobre a possibilidade de processos autoritários se reproduzirem dentro dos colegiados. Para enfrentar essa possibilidade, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo 32 ministérios. O objetivo do GT é combater práticas autoritárias, e o coordenador se comprometeu a repassar o Relatório Final do GT para compartilhar com os conselheiros. O relatório aponta questões estruturais, como o racismo e a falta de representatividade feminina e de outras perspectivas, além da necessidade de criar mecanismos para garantir equidade. Também foi destacada a importância de ocupar os territórios onde os processos acontecem e garantir a integração das estruturas do Estado para materializar políticas públicas. O coordenador mencionou o sucesso da participação social na área da saúde, citando o Sistema Único de Saúde (SUS) como exemplo de como a participação social pode estruturar políticas públicas. Ele ressaltou que a participação social, prevista no Título VIII da Constituição Federal, deve estar presente em todas as políticas públicas. **Ronald Ferreira** também citou conferências nacionais que ocorrerão em breve, como as do meio ambiente, das cidades e da igualdade racial. Durante a apresentação, o coordenador destacou o papel de liderança do Brasil no G20, especialmente nas agendas sociais e no protagonismo de atores sociais no exercício do poder. Ele enfatizou o caráter estratégico da participação social nas áreas de aquicultura e pesca, não só para questões econômicas, mas também para encontrar soluções locais e promover o Brasil no cenário internacional. Além disso, o coordenador saudou a chegada de **Marcelo Pires**, outro coordenador da Secretaria Nacional de Participação Social, e destacou sua responsabilidade conjunta na realização das Conferências Nacionais, incluindo a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Ele expressou entusiasmo em relação às contribuições da Secretaria para a conferência e sua relação com os compromissos do governo. Encerrando sua fala, o coordenador reconheceu o trabalho do **Ministro Márcio Macedo** e do **Secretário Renato Simões** no G20 e na construção do Plano Clima, que está em fase final. Ele mencionou que a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca poderia contribuir para a COP-30, que ocorrerá em Belém em 2025, e afirmou que a Secretaria está à disposição para apoiar na construção dessa conferência. O coordenador finalizou agradecendo a todos.

2.2. O Secretário Executivo **Rivetla Édipo**, toma a palavra e pergunta se há alguma complementação à fala por parte de Marcelo Pires, após negativa do interrogado, abre a plenária para perguntas e comentários em relação à apresentação e, enquanto verifica o *chat*, passa a palavra a Adriana Toledo para que ela faça alguns comentários.

2.3. A Secretária Executiva do Conape, **Adriana Toledo**, inicia sua fala agradecendo a participação e o apoio da Secretaria-geral da Presidência da República na retomada do Conape, argumentando que a Secretaria foi essencial para promulgação do Decreto 11.625/2023 que trata do Conape e sua reestruturação. A Secretária-Executiva explica que a instrução do governo de transição era que o Conape fosse retomado no primeiro ano de governo (2023) após estar parado desde 2015. A Secretária-Executiva trouxe ainda um resgate histórico apresentando que o conselho foi criado em 2004 e realizou 3 conferências enquanto ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, realizando sua última conferência em 2009, no governo Dilma Rousseff e sustenta o argumento em favor da importância da participação social. Em seguida, ela informa a todos os conselheiros que o Relatório Final do GT apresentado pelo coordenador foi compartilhado no grupo dos membros e o apresenta na tela da reunião para que todos possam conhecê-lo. A secretária informa que o MPA fez parte na construção desse documento e explica que a dificuldade do documento é colocar recomendações que contemplem igualmente todos os tipos de colegiado, conselho e conferências, uma vez que há diversos formatos de colegiado seja em questão de tamanho, competências ou metodologia de trabalho. Ela explica, ainda, que membros do conselho participaram de sua elaboração por convite da Secretaria Nacional de Participação Social e que, embora

o Conape não estivesse ativo para indicar os membros participantes, essa indicação foi realizada pelo próprio MPA. Participando do Fórum Interconselhos, esses membros também auxiliaram no processo de construção do PPA Participativo e, após a reinstauração do Conselho, membros também foram indicados para participar na construção do Plano Clima. Desse modo, a Secretária-Executiva Adriana Toledo agradece a participação dos seis membros do colegiado que participaram das Reuniões do Fórum Interconselhos. Por fim, a palavra é retomada por Rivelta Édipo que a encaminha a Gilberto Sales, representante do MMA, para comentários.

2.4. O representante do MMA, **Gilberto Sales**, inicia sua fala apresentando a posição do MMA de entusiasmo pela retomada e estruturação dos processos de participação em todos os níveis. Também conta sobre a reestruturação que está ocorrendo no próprio MMA e relembra a todos do papel parcial de apoio e cogestão entre o MPA e o MMA. Continua, então, falando dos problemas que assolam reiteradamente a gestão pesqueira e aquicultora, com ênfase para gestão pesqueira, especialmente sobre a falta que faz uma estrutura institucional física de um sistema de pesca e aquicultura com capilaridade. Ele dá o exemplo do próprio SUS e a existência dos postos de saúde, além do exemplo do MMA e a existência de duas autarquias, sendo o Ibama e o ICMBio, que facilitam a capilaridade do sistema e a representação social, especialmente em termos de representação localizada, graças a distribuição de unidades localizadas em diversas partes do país. Ele deseja que a participação social inspire a estruturação de um sistema de gestão pesqueira, seja federal capilarizado seja com o apoio e maior participação de Estados e municípios na gestão pesqueira e finaliza reiterando a disposição do MMA em auxiliar nesse processo, enfatizando que a capilaridade do MMA pode ajudar na mobilização de conferências no nível local. Complementando a fala de **Gilberto Sales**, Adriana Toledo pede que os conselheiros participem das conferências estaduais e municipais do meio ambiente que estão ocorrendo. Ela avisa que irá compartilhar com todos o cronograma de tais conferências enfatizando a importância da participação para os setores da pesca e da aquicultura, uma vez que os setores têm interesses nas discussões, sobretudo em relação à questão climática.

2.5. Com a palavra **Ronald Ferreira** que compartilha que houve a publicação, no dia 22 de outubro, de uma portaria da Secretaria-Geral da Presidência da República instituindo ou convocando os fóruns estaduais de participação social (**Portaria SG/PR n. 188, 22/10/2024**), acompanhando, assim, a iniciativa do Governo Federal na construção do Conselho de Participação Social. Também informa que no final da semana seria publicado o edital com as assembleias dos estados (**Edital de Convocação n. 001/2024/SNPS**), ele explica que poderiam participar do edital todos os movimentos de reconhecida atuação nos Estados, nesse espaço que esperar se reunir, pelo menos, quatro vezes no ano. Ele continua informando que até 15 de dezembro devem acontecer as assembleias em todos os Estados e no Distrito federal. Ressalta a importância de fortalecimento dos sujeitos coletivos da sociedade para desenvolver processos e ocupar territórios. Finaliza alertando às organizações participantes do Conape que se atentem ao edital. Agradece mais uma vez e diz que ele e o Marcelo Pires ficarão para acompanhar o resto da reunião e ver o que eles podem colocar à disposição da Conape.

2.6. O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** agradece, reconhece a presença de Paulo Sérgio Cândido Alves do MDS e avança na pauta passando a palavra para Secretária-Executiva Adriana Toledo.

3. RESGATE DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE AQUICULTURA E PESCA JÁ REALIZADAS

3.1. Com a palavra a Secretária-Executiva do Conape, **Adriana Toledo**, deu seguimento à reunião destacando que foi compartilhado no *chat* o link para lista de presença da reunião e que, caso haja dificuldade de preenchimento, o link pode ser enviado individualmente. Antes de começar a apresentação sobre um resgate histórico das 3 últimas referências realizadas pelo Conape, ela salienta que a tarefa de fazer essa retomada histórica não foi fácil, uma vez que os documentos encontrados dessas reuniões eram demasiado extensos e avisa que as deliberações reunidas dessas reuniões foram compartilhadas com antecedência para que todos os conselheiros a conheçam. Enquanto começa a apresentação, pede que os conselheiros presentes que participaram das reuniões anteriores compartilhem suas impressões. Ela inicia contando que foram realizadas 3 conferências nacionais (em 2003, 2006 e 2009) precedidas de 27 conferências estaduais (salvo a de 2009 que também foi precedida de várias conferências municipais). Em 2013 foi anunciada uma quarta conferência que não chegou a ser realizada. Em critérios comparativos, ela destaca que quando a **primeira** foi feita (2003), ainda não existia o Conape, sendo este, inclusive, recomendação dessa conferência e foi criado em 2004. Ainda sobre a primeira reunião, contou com 953 delegados e trouxe diretrizes para a construção da política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, culminou dela o documento chamado: **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura**. Este documento está na aba do Conape no site do MPA e foi disponibilizada a todos os conselheiros. Em relação à **segunda**

reunião, em 2006, o tema principal foi sobre planos para a consolidação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, com o objetivo de avaliar as políticas desenvolvidas com base no plano estratégico e a indicação de ações prioritárias. Adriana Toledo destaca que, diferente da primeira conferência, essa segunda conferência já teve a presença do Conape e apresentou um texto base com eixos de trabalho. Contou com 1.515 delegados e ocorreu em Luziânia (GO). Ela informa que dessa conferência resultou um caderno com tudo aquilo que foi discutido, bem mais detalhado que o documento resultado da primeira reunião. Esses resultados foram publicados por eixos que trazem os resultados esperados para cada um deles. Enfim, a **terceira conferência**, que ocorreu, lembra ela, no mesmo ano que foi publicado a **Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (Lei da Pesca – 2009)**, ocorreu em Brasília e teve de participação registrada 2.000 participantes e cerca de 500 observadores e convidados e, ainda, com indicativos de 30.000 participantes totais. Adriana Toledo destaca que essa conferência foi a mais organizada das três, sendo precedida de dezenas conferências municipais e territoriais, além das 27 conferências estaduais e a distrital. Essa terceira reunião sugeriu a reestruturação do Conape e orientou e incentivou a criação e o fortalecimento de Conselhos Territoriais de Pesca. Como resultado da terceira reunião resultam diretrizes e prioridades para efetivação de políticas, além de manter a divisão por eixos temáticos. Continuando, Adriana Toledo apresenta o resumo de cada uma das questões discutidas na segunda e na terceira conferências. **A segunda conferência**, por exemplo, ocorreu em 2006 gerou cadernos de conclusão com muito mais informações que as contidas no documento resultado da primeira conferência. Esta segunda trouxe uma lista de resultados esperados em geral. Já a **terceira conferência**, realizada em 2009, tinha como diretrizes principais: inclusão social, estruturação da cadeia produtiva, o fortalecimento do mercado interno, sustentabilidade ambiental, abordagem territorial, segurança e soberania alimentar, fortalecimento do papel de estados e municípios e da política internacional. Assim, a Secretária-Executiva Adriana Toledo finaliza sua apresentação lembrando que todos os documentos foram enviados aos conselheiros e pede que todos se familiarizem com eles considerando que há um processo conferencial acumulado e que é preciso retomar e atualizar essas recomendações a partir da quarta conferência, principalmente, em relação à última, que já retoma a anteriores. Ela finaliza, portanto, declarando que o documento da terceira reunião pode ser utilizado como um documento-base para quarta conferência.

3.2 Em seguida, o Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** toma a palavra e lembra aos conselheiros que esse tópico de pauta foi uma demanda dos conselheiros da 41ª reunião do Conape que pediu que a equipe do ministério realizasse essa retomada. Ele relata que lhe chamou a atenção que os temas discutidos em 2003 continuam a ser discutidos mesmo atualmente. Em seguida, ele abre a plenária para participação, chamando o primeiro inscrito.

3.3 Com a palavra o membro **Francisco das Chagas de Medeiros (PeixeBr)** inicia sua fala agradecendo a todos, com ênfase para o Secretário **Rivetla Édipo** e começa explicando que ele teve a oportunidade de participar das reuniões anteriores e se posiciona dizendo que as demandas levantadas nessas reuniões continuam sendo as questões-base para as discussões atuais. Ele explica que desde 2006 o foco tem sido o licenciamento ambiental. Ele coloca como principal exercício para o Ministério fazer um diagnóstico interno para entender por que o governo não conseguiu implementar as demandas. Ele utiliza como exemplo positivo a questão das Águas da União que evoluiu de forma razoável de acordo com a intenção. Por outro lado, ele critica a realização do Censo da Pesca realizado em 2009 que ele considera ter sofrido uma ingerência, uma vez que o governo considerou que os dados não eram confiáveis. De modo geral, ele fala como falta estatística dos setores, uma demanda que vem desde 2006 e que só ocorre no setor da piscicultura, pois é paga pelo setor privado. Outra questão que ele levanta é o da AquaBrasil que foi feito em parte, mas não foi complementado pelo governo. Com isso, ele reforça a urgência de se fazer o diagnóstico do Ministério para que as demandas sejam de fato implementadas.

3.4 Com a palavra o membro **Felipe Weber Santos (Abla)**. Ele fala sobre a necessidade de o conselho voltar a discutir encaminhamentos para o fortalecimento do setor produtivo. Reafirma a preocupação sobre a necessidade de procurar entender a falta de evolução do setor, lembrando que houve mudanças no setor desde 2003. Finaliza a fala pedindo para que os *e-mails* dos suplentes sejam incluídos na lista de comunicados e que haja aviso no grupo de whatsapp quando for encaminhado em *e-mail*.

3.5 Com a palavra a **Manuel Filho (ABA)**, ele reforça o que disse os dois anteriores delegados sobre a necessidade de avaliar as outras conferências para identificar pontos que avançaram ou não avançaram. Continuando, ele diz que a próxima conferência deveria ser pensada para o avanço dos processos produtivos voltados para parâmetros de certificação, uma vez que, ele complementa, no futuro muitos produtos deverão ser certificados e há atividades que precisarão se adequar a tais

parâmetros. O conselheiro finaliza referenciando a morte de **Alexandre Talarico**, uma pessoa que batalhou muito no setor de peixes ornamentais, participou de algumas reuniões do Conape a convite da Abrapoa. Antes de passar a palavra, **Rivetla Édipo** encerra a inscrição de conselheiros na lista.

3.6 Com a palavra o membro **Elizeu de Brito (Faep/Br)**, inicia sua fala informando que a causa da quarta conferência não ter acontecido foi a falta de cumprimento das demandas das conferências anteriores. Dito isso, ele reforça a importância da participação social e do Conape, especialmente para o monitoramento no cumprimento dos objetivos propostos. Além disso, ele referencia-se à fala sobre o licenciamento ambiental, complementando-a ao dizer que todas as atividades ligadas à pesca e à aquicultura devem estar referenciadas ao setor ambiental, uma vez que as questões ambientais muito afetam a pesca e a aquicultura. Ele parabeniza a todos e deseja o crescimento do setor, encerrando sua fala.

3.7 Com a palavra o membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)**, ele diz ter participado de todas as 3 conferências e comenta que à época da conferência de 2006, a SEAP tinha um caráter muito técnico e isso os permitiu criar uma estratégia de desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola em cima de eixos os quais ele reconhece a importância, no entanto, ele continua concordando com os conselheiros anteriores sobre a necessidade de reforçar institucionalmente o ministério para manter o andamento dos processos e evitar descontinuidades frequentes. Ele continua dizendo que a criação do MPA deve ser parte de uma política de Estado para não ficar à mercê de vontades de governo. Ele alerta que os problemas de gestão pesqueira no Brasil como problemas de fiscalização e monitoramento causam preocupação quanto ao futuro das categorias. Com isso, ele deixa como recomendação aprender com os erros do passado, trabalhar em fortalecer institucionalmente o ministério e voltar aos eixos traçados na Conferência de 2006. Por fim, ele indica a leitura do relatório produzido pelo Conape antes de sua extinção, que foi uma tentativa de impedir a extinção do MPA à época.

3.8 Com a palavra, **Francisco Antônio Bezerra (Cedepesca Brasil)** explica que também participou das três conferências anteriores e expressa sua cautela em relação à realização de uma quarta conferência uma vez que nem 10% das demandas foram cumpridas. Afirma que a única parte mais respeitada foi a da fiscalização e que a única parte da Lei da Pesca realmente funcional para o setor pesqueiro é o chamado Ato Tendente que ele argumenta ser utilizado pelo Ibama para multar os pescadores. Em sua visão, a pesca não tem como esperar uma nova conferência sem um prazo para concluir as determinações já existentes. Ele enumera questões que não estão funcionando e, portanto, travam o setor pesqueiro como: a falta de subvenção ao óleo diesel; a dificuldade para os pescadores de acessar as documentações necessárias, seja por dificuldades técnicas (como a dificuldade de acessar aplicativos e realizar reconhecimento facial) seja por estar inadimplente; a própria falta de discussão sobre as dívidas do setor pesqueiro como um todo e as dos pescadores; a questão da fiscalização, com ênfase para o chamado “Ato Tendente” e a regulamentação efetiva da Lei da Pesca. Francisco considera que, ao invés de realizar uma quarta conferência, é necessário conversar com os territórios, enumerar as prioridades e fazer cumpri-las. Afirma, ainda, que caso essas questões não sejam endereçadas e cumpridas, a pesca irá diminuir, uma vez que os pescadores não querem ir pescar sem ter documentação e acesso a benefícios e a garantias previdenciárias.

3.9 O **Secretário-Executivo Rivetla Édipo** interrompe a fala de Francisco para que dê tempo de outras pessoas se pronunciarem e passa a palavra para **Roseli Zerbinato (MDA)**. Ela conta que, durante seu tempo no MPA, houve, pelo Conape, a criação de um comitê de cumprimento que tinha por finalidade verificar se aquilo que foi decidido nas conferências foi ou não executado e, caso não, entender o motivo da falta. Em seguida, realiza uma pequena retomada de sua própria trajetória de carreira ao informar que, após sair do MPA, vinculou-se ao MDA e trabalha na Coordenação Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos estando, atualmente, como conselheira suplente no Conape e, inclusive, reforça o pedido de Felipe Santos de que a documentação do conselho também seja enviada aos suplentes. Continuando sua fala, afirma que a realização de uma 4ª conferência é importante, apesar de muito ainda não ter sido realizado. A conselheira suplente argumenta que a conferência auxilia no resgate das pautas e na cobrança de resultados, além de sua importância para que o conselho siga mobilizado. Também concorda que é necessário resgatar e cobrar aquilo que não foi realizado. Finaliza desejando que o Conape atinja tal grau de mobilização.

3.10 Com a palavra, **Dárlcio Teixeira (SBFic)** inicia declarando que descontinuidades políticas são comuns em qualquer área e diz que o sucesso político depende da capacidade de diálogo. Conta que, embora fosse muito novo no setor à época, acompanhou as conferências, principalmente na região do nordeste onde atuava, e acha que é fundamental fazer a conferência para dialogar e escutar a população. Demanda que se dê especial atenção às necessidades e demandas dos jovens. O conselheiro

passa então para sugestão para o sucesso da conferência. Diz que participou, no ano de 2024, das Conferência Nacional de Educação (CNE) e da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCTI) e declara que é de importância fundamental ter tanto uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) bem qualificada quanto uma equipe para se as propostas são exequíveis ou não. Ele declara que deve haver um processo de **Planejamento, Monitoramento e Acompanhamento (PMA)** de forma informatizada. Discorre que está em evento em Fortaleza (CE) discutindo a execução de algumas propostas colocadas na CNE, enfatizando, portanto, que a conferência não pode ser o evento final, é necessário que ela gere desdobramentos. Sugere convidar o MCTI para auxiliar o ministério na organização de um processo de PMA informatizado, alegando que a CNCTI se revelou como a mais exequível, especialmente, por sua utilização da Inteligência Artificial. Continua afirmando que admira os pescadores e o atual sistema de pesca e aquicultura, mas se questiona se os jovens não esperam por um desenvolvimento tecnológico, por exemplo, na tecnologia de embarcações ou para produtos agregados, como a pele de peixe, que podem desenvolver produtos biotecnológicos de alto valor agregado. Ele defende, pois, que a pesca e aquicultura devem estar relacionados com a ciência e a tecnologia. Também defende que haja articulações internas entre os ministérios. **Dárlcio Teixeira** continua e enfatiza que houve avanços, também, na área da sustentabilidade e, portanto, é necessário escutar e retomar as discussões em tal área. Finaliza sua fala dizendo que os planejamentos devem ser feitos em curto, médio, longo e longo prazo e coloca-se à disposição para colaborar na construção da conferência.

3.11 Com a palavra o membro **Ricardo dos Santos (Abla)** começa lembrando que a Abla participou de uma conferência pela primeira vez em 2009 e lá levaram a questão dos peixes ornamentais para discussão. Fala sobre a importância das conferências e sobre a necessidade que há de atualizar as discussões, especialmente, na área dos ornamentais que é bastante dinâmica. Também considera que a conferência pode ser importante para ajudar a resolver conflitos com outros órgãos como quanto à gestão compartilhada com o MMA e a fiscalização do Ibama. Agradeceu a todos e colocou a Abla à disposição para auxiliar na concretização do evento.

3.12 Com a palavra o membro **José Henrique Pereira (Conttmaf)** se pronunciou brevemente, manifestando seu apoio à conferência. Ele destacou que todas as conferências são valiosas, pois é através dos erros e acertos que se aprende e se avança. José Henrique ressaltou a importância de compartilhar e disseminar o que for positivo para o setor durante esses eventos.

3.13 Com a palavra o membro **Marcelo Claro (Anepe)** apoiou a realização da conferência e considera ser o momento adequado para decidir como e quando se vai incorporar, dentro do cenário da pesca, a pesca amadora e esportiva e diz que o setor tem interesse em desenvolver um plano de desenvolvimento para pesca amadora e esportiva.

3.14 O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** avança para o próximo tópico de discussão sobre a proposta para realização da quarta conferência. Lembra aos membros que chegaram depois que a lista de chamada está disponível no *chat*.

3.15 Com a palavra o membro convidado nato **Roberto Ribeiro (SFPA/MG)** que aproveita o momento para convidar a todos a participarem, nos dias 8, 9 e 10 de novembro, da Ecofish em BH. Ele diz que o evento discutirá temas como o aquarismo ornamental e a pesca esportiva integrada a peixe de cultivo e informa que o MPA participa como apoio institucional.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA DA AQUICULTURA E DA PESCA

4.1. O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo**, iniciou a apresentação, citando o artigo 2º do Decreto 5.069/2004 é competência do Conape “promover e organizar a realização, a cada 2 anos, da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca”. Destaca mais uma vez que a última conferência ocorreu em 2009, há 15 anos e que o Conape, por sua vez, teve suas atividades ordinárias interrompidas desde 2015 sendo reestruturado e tomando posse novamente apenas em dezembro de 2023. Com isso, traz como sugestão para o Conape a realização da 4ª conferência nacional em dezembro de 2025. **Rivetla Édipo** continua sua apresentação sugerindo como tema para conferência: reconstrução da Política Nacional de Desenvolvimento de Aquicultura e da Pesca: reforma do marco legal, com o objetivo de promover o debate sobre o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca para subsidiar a atualização da Política Nacional de Pesca e Aquicultura. Ele complementa explicando que tal tema e objetivo são importantes pois muitos dos problemas que até o momento não puderam ser resolvidos perpassam a necessidade de uma atualização da Lei da Pesca, além disso, a Lei apresenta arranjos desatualizados e desconectados da realidade dos setores que apresentam grande dinamismo. Ele, então, passa a

enumerar as principais deficiências presentes na Lei, quais sejam: conceitos e definições técnicas desatualizadas; ausência de previsão de uma ferramenta orçamentária; falta de definição de competências e responsabilidades (quanto a esse ponto, ele explica que as atividades de pesca e aquicultura não são responsabilidade apenas do MPA, existindo capítulos e dispositivos legais que competem a outras pastas da esplanada, como ao MAPA e ao Ibama, sendo importante, portanto, acertar esse sistemas de competências e responsabilidades) e, enfim, problemas quanto à execução da política, incluindo questões relacionadas ao planejamento, monitoramento e ferramentas de gestão. O Secretário-Executivo continua ainda sua apresentação expondo a ideia de organização de governança nacional para o evento sendo criados três órgãos: uma comissão organizadora nacional que será composta por membros do Conape e contará com representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada; uma comissão executiva nacional para trabalhar a metodologia e a sistematização da conferência, além da infraestrutura, da logística, da comunicação e da mobilização e do engajamento e, por fim, contaria com um comitê de apoio permanente. **Rivetla Édipo** finaliza, portanto, sua apresentação e abre para plenária discutir, amadurecer a proposta e encaminhar uma possibilidade de deflagração da 4ª Conferência Nacional.

4.2. Com a palavra o membro **Márcio Roberto dos Santos (CNCTC)** que explica que o setor de pesca artesanal já se reuniu em 2023 para exatamente realizar alguns encaminhamentos em relação a mudanças necessárias na Lei da Pesca. Assim, ele questiona se é possível rever as questões já deliberadas pelo setor ou se elas serão apenas desconsideradas. A esse questionamento, o Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** explicando que há, de fato, diversas frentes de revisão da Lei da Pesca. Tem o Legislativo trabalhando na revisão de artigos específicos com base em um levantamento do próprio MPA sobre mudanças necessárias da Lei. Há a mobilização da Oceana que trabalha com a discussão nos territórios, fazendo um levantamento de demandas junto a coletivos de representação de várias lideranças de pescadores e do setor produtivo. Há, ainda, um movimento no setor da aquicultura por parte do CNA e Sebrae conduzindo a escuta em relação a modificações na Lei. Assim, ele diz, o que se deseja não dar descontinuidade a todas essas iniciativas, mas levá-las ao maior fórum democrático de discussão e validar esses anseios na Conferência Nacional. Ou seja, o objetivo é juntar os esforços, em plenárias de discussão, de todos os pares que estão trabalhando.

4.3 Com a palavra o membro **Letícia Cânton (Oceana)** que começa explicando um pouco mais sobre o processo de construção coletiva que a Oceana vem realizando desde 2022. Ela esclarece que foi feito um processo de escuta e levantamento de demandas e prioridades do setor pesqueiro artesanal visando a consolidação de uma política pesqueira que refletisse essas demandas, necessidades e anseios. **Letícia Canton** ressalva que isso se consolidou em uma proposta que posteriormente teve a contribuição do setor industrial por intermédio de vários sindicatos. Esse documento está agora consolidado e a proposta está sendo ingressada via Congresso Nacional, ela afirma que é positivo ver que um trabalho fruto de uma construção coletiva está sendo reconhecido pelo governo federal. A conselheira aponta que será compartilhado por e-mail com todos o documento, chamado: Razões para mudar a política pesqueira nacional. Continuando, **Letícia Canton** adiciona que a organização também realizou depois estudos com relação à política pesqueira, elencando quais são os principais defeitos que existem na legislação pesqueira nacional e como ela pode ser aprimorada, inclusive comparando-a com outras políticas nacionais existentes, assim como, em relação a políticas pesqueiras de outros países de referência em gestão da área. Por outro lado, ela expõe uma preocupação sobre a realização de uma 4ª conferência visto a falta de cumprimento de demandas já existentes. Ela acompanha com preocupação que um tema esteja sendo amplamente discutido e vários outros, elencados desde 2003, que não estão sendo consolidados e implementados em uma política de Estado. Nesse sentido, ela questiona, ainda, como a Conferência Nacional vai agregar informações que estão tanto no Plano Nacional da Pesca Amadora quanto no Plano Nacional da Pesca Artesanal, dois outros instrumentos que o governo também está debatendo e que estão sendo realizados em outros ambientes, visto que não estão sendo consolidados nessa proposta de tema da conferência nacional. O secretário-executivo **Rivetla Édipo** respondendo às inquietações da conselheira **Letícia Canton** e enfatiza acreditar que muitas das questões não resolvidas perpassam a alteração do marco legal da pesca, tema proposto para quarta conferência. Ele reafirma que estão validando todas as iniciativas de ambos os setores e pretendem internalizar as propostas a surgir no Plano Nacional da Pesca Artesanal, com prazo de ser concluído até julho de 2025, e no Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportista, previsto para dezembro de 2024. Ele diz que a ideia é trazer ambos os planos para discussão, uma vez que eles foram realizados de forma participativa, do novo marco regulatório. Além disso, reafirmou a importância das proposições da Oceana e das iniciativas do setor da aquicultura trazidas pelo Oceana, Sebrae e pelo CNA. O Secretário-Executivo continua, ainda, lembrando a todos da dificuldade que envolve aprovar uma lei no Congresso Nacional e ele entende que o processo de aprovar uma proposta em uma grande conferência nacional, com todos os conselheiros presentes, validada em conferências locais, fortalece o processo de trâmite no Congresso. O desafio, portanto, é unir todas essas propostas para mostrar que

o setor é unido, robusto e tem a melhor proposta que alcança os anseios dos pescadores(as) e aquicultores(as).

4.4 Com a palavra o membro **Thalyta Vieira (MPS)** que começa sua fala apresentando um pouco de si mesma como conselheira suplente na Conape e expondo que está há pouco tempo lidando com a questão da pesca, portanto, traz reflexões baseadas na área dela. **Thalyta Vieira** chama a atenção para a importância de saber como as políticas públicas desenvolvidas impactam o pescador. Ela traz, então, como sugestão, que uma das temáticas da conferência fosse sobre o desenvolvimento de um plano de comunicação com o usuário de ponta das políticas, até para evitar que bons programas não cheguem aonde deveriam chegar. O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** concorda com a fala da conselheira suplente e diz que a questão da comunicação com a base, embora não entre como tema principal da conferência proposta, deva ser tratado como um eixo importante de discussão.

4.5 Com a palavra o membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** começa sua fala reconhecendo a importância de trabalhar na construção de uma nova Lei da Pesca, uma vez que a antiga, reconhece ele, está defasada. No entanto, o conselheiro também demonstra preocupação quanto às demandas não cumpridas e diz que não sabe se renovar a Lei será o suficiente para sanar todas elas. Ele cita deficiências nas áreas de monitoramento, emissão de normativas, na de fiscalização e sua perseguição ao setor pesqueiro em todas as áreas, no PREPS e no dia a dia da área da pesca de modo geral, o que coloca a própria atividade em risco, especialmente, argumenta ele, quanto à sua viabilidade econômica. Ele continua se questionando se onde essas questões serão discutidas, uma vez que a conferência se propõe a discutir o macro. Ele diz que se tais questões não forem endereçadas, elas tendem a piorar.

Marco Bailon, então, dá como exemplo a cota de captura do Tubarão Azul, de 3.400t que não teve normativa de definição por parte dos dois ministérios cogestores (MPA e MMA). Além disso, fala sobre a fiscalização do Ibama que está baseada em Mapas de Bordo pretéritos e, portanto, diz que o MPA deve estar ciente que a pesca nacional depende de uma ação mais atuante com relação a essas questões institucionais. Ele afirma não saber se essas ações serão tomadas dentro do próprio conselho, embora, considere importante que o Conape levante essas pautas nas reuniões e tente estratégias para fazê-las avançar. Argumenta que não é possível apenas aguardar que um novo marco-legal seja feito, que abarque todas essas questões, uma vez que o processo para que ele entre em funcionamento é longo, tendo em vista as questões políticas. O conselheiro aproveita, ainda, a oportunidade, para perguntar à Secretária-Executiva do Conape, **Adriana Toledo**, como se irá instituir o **Comitê de Conformidade da Pesca Extrativa**, pois há um grupo à espera das instruções do Ministério para começar a articular, inclusive para começar a trabalhar nas questões anteriormente citadas. O conselheiro agradece e finaliza sua fala. O Secretário-Executivo **Rivetla Édipo** responde e diz que suas preocupações podem ser divididas em duas vertentes. De um lado, ele se refere a uma questão macro que perpassa, de fato, uma revisão da Lei da Pesca, e de outro repousam questões mais específicas como é o caso do caso citado sobre o âmbito de ordenamento da captura de Tubarão Azul. Assim sendo, continua **Rivetla Édipo**, a conferência de fato não tratará de questões específicas até porque, lembra ele, essas questões são dinâmicas. No entanto, diz, embora a conferência tenha foco na reforma do marco-legal, isso não quer dizer que não vá haver o espaço para discussão de eixos temáticos, por exemplo: ordenamento pesqueiro, fomento de atividades, infraestrutura etc. Assim sendo, continua explicando o Secretário-Executivo, a conferência também não vai necessariamente abandonar os temas paralelos que foram colocados, todavia, o tema-central será o marco-regulatório, pois, lembra ele, só há ordenamento, fiscalização, fomento etc caso o marco-regulatório preveja a necessidade de haver essas diretrizes.

Rivetla Édipo conclui dizendo que há que se discutir a estrutura do grande marco-regulatório e dentro disso serão discutidos os eixos que configuram a base dessa política. Frente a essa resposta, **Marco Aurélio Bailon** pede permissão para realizar uma réplica e diz que houve uma falha de entendimento, uma vez que ele reconhece que não serão discutidas particularidades na Conferência Nacional e continua esclarecendo que sua preocupação é que, dentro da discussão do marco legal, sejam discutidos os principais eixos das atividades de pesca e de aquicultura, exemplo: como fazer funcionar melhor os CPGs, como fazer com a gestão seja mais ágil, como fazer com que a fiscalização não seja tão implacável e unilateral, temos que ter discussões. Enfim, **Marco Aurélio Bailon** considera que é importante ter discussões quanto aos grandes problemas da pesca em uma conferência. Ele considera que os eixos de 2006 que fracassaram devem ser abordados como eixos e não como normativas para entender o motivo de eles não terem funcionado. Resume dizendo que sua sugestão é que não se abandone esses problemas que devem ser resolvidos agora e não em uma norma que só será colocada em prática dentro de 2 ou 3 anos.

4.6. Com a palavra o membro **Francisco de Medeiros (Peixe-Br)** que alertou que desde a conferência de 2006, os delegados perceberam que existem dois focos mais importantes: licenciamento ambiental e funcionamento (que ele considera continuar na estaca zero). **Francisco**, como representante setorial da aquicultura, recolocaria essas duas pautas para conferência. Com relação à legislação específica, ele declara que a Peixe-Br fez contribuições que não foram citadas, no entanto, bastante citação houve sobre as iniciativas do CNA e do Sebrae. O conselheiro conta que tanto ele quanto a conselheira **Marilsa**

Fernandes (Peixe SP) foram desconvidados pelo CNA das reuniões de discussão dessa proposta o que o faz questionar a seriedade dessa iniciativa, uma vez que o responsável por essa tramitação desconvidou o setor produtivo. Adverte que, caso haja uma antipatia de ordem pessoal, que se convide outras pessoas, mas a exclusão prejudica a seriedade do processo. Por outro lado, também expressa preocupação sobre a viabilidade de fazer uma proposta de alteração legislativa no fim do segundo semestre de 2025, uma vez que 2026 é ano de troca de governo e os trâmites legislativos ficam parados no Congresso. Ele diz que há incerteza quanto a troca de governo e, mesmo continuando o governo, as políticas podem mudar, pois os acordos serão diferentes. Assim sendo, ele considera que seria melhor realizar uma proposta de alteração legislativa até o fim de 2024 e sugere que os projetos de alteração de lei sejam discutidos com o setor produtivo e não com a CNA ou Sebrae. **Francisco** ainda reforça esse ponto dizendo que o CNA não representa o setor da aquicultura, uma vez que são muito poucos os associados. Por fim, sugere que o tema da alteração de lei seja, portanto, dissociado da conferência.

4.7 Com a palavra o membro **Jairo Gund (Abipesca)** que começa parabenizando o MPA por sempre buscar canais de comunicação com o setor. Diz que sua fala vai ao encontro da de Francisco e começa seu argumento declarando que já é conhecido aquilo que cada setor necessita, uma vez que todos já estão ali representados. Dá seguimento a sua fala declarando que os pontos que já foram apresentados continuam sendo os mesmos, os desafios já conhecidos se mantêm. Ele explica que não se trata de ser contra ou a favor de mais uma agenda, mas quanto ao quão seriamente se estão conduzindo as agendas já existentes. Em relação às especificidades do setor da pesca, o conselheiro coloca que existem onze CPGs e dá o exemplo do CPG do Atum e afins que diz ter várias dificuldades para cumprir as demandas, mesmo sendo um CPG maduro, ele esclarece que o CPG trouxe uma proposta de ordenamento de cotas e capturas para atender a tratados internacionais que ainda não saiu. Ilustrar esse fato, completa ele, não significa uma cobrança, mas uma reflexão proposta ao MPA sobre sua capacidade de execução, até porque o número de demandas não para de subir. Ou seja, há uma quantidade de demanda de trabalho muito alta a ser executada pelo ministério. Assim, já se sabe do que os setores precisam e é necessário trabalhar em cima disso com planos de trabalho efetivo. Ele expressa preocupação em relação a um ciclo vicioso de reuniões que levam a outras reuniões e que deixam todos com um sentimento ruim de tentar entender a seriedade de cada fórum e qual é responsável por, de fato, resolver os problemas. Ele se pergunta se os problemas devem ser resolvidos nos CPGs, que dizem precisar ser reformulados ou no próprio Conape que sofre por ser um órgão de gestão compartilhada. Questiona-se, portanto, sobre quantas reuniões serão necessárias para se conhecer aquilo que já se conhece. Embora reconheça que há evoluções, muitos pontos continuam e continuarão a ser discutidos, pois é um processo de melhoria continuada. Em relação à Lei da Pesca, o conselheiro entende que é preciso trazer mais segurança jurídica ao setor da pesca, desburocratização ao setor da aquicultura e, de modo geral, uma maior clareza aos gestores da pesca para que tenham mais respaldo dentro das divisões do executivo para garantir não só a continuidade das políticas, sendo de Estado, não de governo, como para garantir financiamento e esse são pontos com os quais todos concordam. Seu ponto, explica **Jairo**, é sobre a necessidade de mais uma agenda para discutir algo que já é unânime. Ele finaliza dizendo que não é contra a conferência, mas se pergunta sobre a execução daquilo que já está posto.

4.8 O secretário-executivo **Rivetla Édipo** retoma, a discursão da palavra avisando aos conselheiros que é necessário voltar ao tema da conferência, uma vez que este é o tema principal e relembra que a conferência é uma competência do Conape que deve, de acordo com o Decreto, promover e organizar a Conferência Nacional a cada 2 anos. É preciso, portanto, que o grupo decida como encaminhar a proposta. Ele diz que o Ministério está aberto a propostas e diálogos, mas a conferência precisa ser realizada e pede a todos sugestões da melhor estrutura e tema.

4.9 Com a palavra o membro **Francisco de Medeiros (PeixeBr)** que inicia sua fala declarando que se é obrigatório a realização de uma conferência, então ela deve ser feita, contudo, é possível ao Conape justificar um adiamento enquanto se apresenta um plano de trabalho dos problemas já em voga. Complementa ele que fazer uma conferência apenas por obrigatoriedade é apenas um desperdício de recursos humanos e financeiros e, apesar da obrigatoriedade, os conselheiros têm a capacidade de adiar para o momento oportuno. Declara, então, que seu posicionamento é que este não é o momento adequado para realização da Conferência Nacional.

4.10 Com a palavra o membro **Marilsa Fernandes (Peixe SP)** se pronuncia e diz concordar integralmente com o posicionamento de **Francisco de Medeiros (PeixeBr)** sobre a possibilidade de postergar a conferência para o amadurecimento da pauta. A conselheira se questiona sobre se o problema da execução das diretrizes vai ser respondido nessa conferência e se as decisões da conferência serão concretizadas, ela declara que, pessoalmente, acredita que a resposta é não, que não acredita nessa concretização. Ela diz que o setor está desanimado e desmotivado e só por iniciativa do setor privado, não há avanços. Diz que a única coisa que realmente acontecerá com a realização da quarta Conferência Nacional é o cumprimento da previsão legal.

4.11 Com a palavra o Secretário **Luís Gustavo Cardoso (Sermop)** pede a palavra e diz que vai trazer algumas reflexões ao conselho. Fala que é possível perceber que é unanimidade entre todos a

importância da conferência. Ele diz que todos só estão presentes hoje discutindo uma lista de prioridades e necessidades do setor porque existiram conferências prévias que estabeleceram esse espaço de escuta da sociedade com a maior representatividade possível. Portanto, ele sugere que a pergunta a se fazer não é sobre se se deve realizar uma nova conferência agora ou não, mas se as prioridades que existem desde 2009 continuam as mesmas, embora todos já tenham dito que sim, ele considera que outras prioridades surgiram, dando como exemplo o efeito das mudanças climáticas e declarando que deve haver outras. Ele acredita que a pergunta que o grupo deve se fazer para tomar uma decisão e dar uma recomendação é: nós vamos nos basear nas prioridades elencadas em 2009?”. Ele aceita que todos estão de acordo sobre a importância que tem a conferência, mas se pergunta se devem continuar trabalhando com prioridades elencadas a tanto tempo atrás ou se seria bom identificar e elencar novas prioridades. Outra questão que o Secretário levanta é que não necessariamente a realização de uma nova conferência vai atrapalhar os trabalhos em andamento. Ele afirma, inclusive, que os trabalhos em andamento estão sendo realizados e cita que houve avanços em relação à estatística pesqueira nacional, valores investidos ao longo da costa para preencher buracos, vários trabalhos em relação a controle de cota e melhorias em alguns processos e, embora reconheça que ainda há coisas que precisam melhorar, a realização de uma nova conferência não significa que os trabalhos não estão sendo executados ou serão atrapalhados.

4.12 Com a palavra o membro **Manuel Braz (ABA)** ele acredita que para fazer uma nova conferência e ela ter resultados efetivos, deveria ter grupos de trabalho que trabalhassem de maneira atuante nesses primeiros meses do ano. Ele argumenta que não basta dizer que nada foi feito em relação às últimas conferências e terminar a discussão aí porque é possível ter uma atuação mais intensa e mais participativa e criar demandas e ferramentas para realizar uma conferência mais adequada em questão de trabalho e focar naquilo que seria mais importante para o segmento. Ele continua dizendo que se não se consegue mobilizar o setor por ele estar se sentindo desamparado e sem assistência, cabe a quem está representando-o trabalhar um pouco mais nessa mobilização. Portanto, ele acredita que a forma de organizar o evento é o que deve ser modificado, ele conta que antes era o SEAP que organizava tudo, mas ele julga que a participação mais intensa das organizações e movimentos sociais nesse processo pode modificar como se executa a conferência e ela fica mais eficiente.

4.13 Com a palavra o membro **Letícia Canton (Oceana)** que argumenta achar precário fazer um evento tão grande agora sem ter avaliado o que foi feito ou não nas últimas conferências e sem ter um panorama de porque as coisas não funcionaram ou não foram dados encaminhamentos. Ela acredita que o conselho pecaria em seu papel de representação ao aprovar um evento sem ter feito essa avaliação de cumprimento. Além disso, ela questiona se o método aplicado nas últimas conferências pode ser o mesmo a ser empregado nesta quarta, pois, pode ser necessário outro modo de consolidar e compor demandas. Ela finaliza sua fala reforçando que considera precário decidir sem a avaliação prévia.

4.14 Com a palavra o membro suplente **Francisco Antônio (Cedepesca Brasil)** ele conta que, em 2008, uma boa parte da captura de lagosta era feito por rede, que era permitido, por compressor, que era proibido e por covo, que era permitido, mas que, pelo menos no Nordeste, era irrisório em termos de captura, o que não permitia nem mesmo que houvesse exportação. Então, ele continua dizendo que o veio o ordenamento da lagosta que proibia a rede e que queria tirar o compressor e ele, embora não fizesse parte do ordenamento, acompanhava as discussões - em suas palavras, de maneira “intrusiva” - viu ser proibido. Apesar disso, ele diz que a pesca com compressor aumentou em quase 200%, sendo hoje exercida em 97-98% da lagosta captura no Brasil. Ele diz que houve um grande investimento do governo naquelas discussões e, mesmo assim, não deu certo. Além disso, ele diz que dentro das conferências veio a discussão sobre os territórios, que também não deu resultados, com exceção da parte da fiscalização. Portanto, ele diz que postergar a conferência e discutir as prioridades do setor pesqueiro, que se confundem tanto para pesca artesanal quanto para a industrial, dará tempo para o governo, até o final do mandato, resolver as prioridades do setor pesqueiro. Ele argumenta que realizar uma conferência apenas para discutir novamente as mesmas coisas que já foram faladas nas outras conferências é apenas perda de tempo. Ele considera que ou se resolvem os problemas antigos e depois discute-se os problemas recentes ou vai acabar em uma discussão sem final. Ele, portanto, posiciona-se por um adiamento da conferência e por criar uma agenda para resolver o que já foi colocado pelo setor.

4.15 Com a palavra o membro **Marco Aurélio Bailon (Aoceano)** diz que acredita que a conferência vai ocorrer, uma vez que é uma determinação do governo e já está planejada. Diz que o importante agora é discutir o tema central da conferência que foi colocado apenas como revisão do marco legal. Ele diz que o importante é focar na estruturação da conferência, do modo que foi apresentada por Édipo e avançar um pouco mais sobre a organização dos eixos. Fala ver uma confusão em discutir o marco legal em um fórum tão grande como é o fórum da Conferência Nacional, portanto, não acredita que seja muito produtivo como tema central. Defende que é necessário pensar um pouco melhor sobre o tema central e focar na questão da organização da conferência, montar as comissões e discutir melhor qual será a pauta da conferência, que eixos serão discutidos.

4.16 Com a palavra o membro **Agnaldo Hilton (Pesca Br)** iniciou sua fala compartilhando sua experiência em outras conferências, destacando a importância de entender o que está acontecendo nos CPGs. Ele mencionou que é fundamental realizar uma avaliação cuidadosa dessas atividades, exemplificando com uma demanda atual relacionada ao IBAMA, que está impondo situações complexas em outras modalidades de pesca. Por conta disso, Agnaldo solicitou ao MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) que fornecesse todas as avaliações de todos os CPGs, com o objetivo de garantir que a conferência seja mais real e alinhada com as questões e desafios enfrentados no setor.

5. ENCAMINHAMENTO

5.1. O secretário-executivo **Rivetla Édipo**, iniciou sua fala refletindo sobre as discussões realizadas até o momento. Ele mencionou que, após todas as falas e escutas, gostaria de consultar os membros sobre a possibilidade de adiar a realização da conferência. Édipo destacou que foram abordados pontos importantes, mas também identificou falhas no processo anterior, como aspectos não funcionais ou que não foram devidamente implementados. Ele sugeriu que, caso haja consenso, seria possível adiar a conferência, desde que seja formado um Grupo de Trabalho para revisar todo o histórico das conferências anteriores. O GT ficaria responsável por avaliar e decidir os próximos passos, levando em consideração as preocupações levantadas pelas instituições participantes, como Peixe BR, Oceana, ABISPESCA, e outras representações. Édipo enfatizou a importância de amadurecer as discussões anteriores antes de avançar, garantindo que o processo de adiamento seja formalizado pelo CONAPE. Ele então perguntou aos membros se estavam de acordo com o adiamento da conferência, visando a instituição de um Grupo de Trabalho.

5.2 Com a palavra o membro **Marcelo Claro** (Anepe) sugere que se proponha uma data para finalização dos trabalhos desse GT, porém, Rivetla Édipo diz que não é possível definir uma data nessa reunião e que esse também é um trabalho da própria comissão, que será definida em uma das primeiras reuniões da comissão. O secretário-executivo **Rivetla Édipo** continua, então, dizendo que é necessário enviar ofícios para que membros do Conape se voluntariem para conduzir os trabalhos do GT para dirigir a melhor análise das antigas conferências e construir o tema e a data para 4ª Conferência Nacional.

5.3 A Secretária Executiva do Conape, **Adriana Vilela**, iniciou sua fala agradecendo a participação de todos na reunião. Ela informou que encaminhará o ofício com as devidas formalidades e, posteriormente, enviará o resultado da reunião a todos os conselheiros. Adriana também mencionou que, em seguida, convocará a primeira reunião para a instalação do GT, dando início aos trabalhos.

6. ENCERRAMENTO

6.1. O Secretário Executivo, **Rivetla Édipo**, iniciou sua fala agradecendo a participação de todos e destacou a importância do tema discutido, ressaltando a necessidade desse momento de diálogo. Ele mencionou que, ao se aproximar do final da reunião, a pauta principal, que era a deflagração da 4ª Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura, foi concluída com êxito.